

PROTESTOS POPULARES DE 2013: Da falta de coesão social à crise de representatividade

Tatiana W. Lauand de Paula Lorenci¹

RESUMO

O presente artigo resulta da reflexão e investigação acerca dos protestos populares de junho de 2013 ocorridos no Brasil. Embora não se tenha o devido afastamento temporal para contabilizar efetivas consequências, percebe-se que os movimentos surgiram a partir da insatisfação com o modelo de sistema democrático representativo. A falta de coesão social dessas reivindicações retoma ao traço brasileiro marcante do personalismo e individualismo, de que provêm a frouxidão das instituições e a ausência de articulação coletiva. O aparelhamento político se empenha em desarmar todas as expressões menos harmônicas da sociedade para conservar as posições e seguir um espaço elitista em que se defendem interesses privados e econômicos. A principal leitura política, pois, dos Protestos Populares de 2013 é o esgotamento da cultura política moderna de representação, fundada no monopólio político estatal.

Palavras-chave: Protestos populares; Individualismo; Coesão social; Democracia representativa.

ABSTRACT

This article is the result of reflection and research about popular protests that occurred in June 2013 in Brazil. Although there is still not time to account for effective consequences, it is noticed that the movements arose from dissatisfaction with the representative democratic system model. The lack of social cohesion of those protests shows a brazilian striking tendency of personalism and individualism, witch emerges the weakness of the institutions and the absence of collective articulation. The political model strives to disarm all less harmonic expressions from the society to save the positions and keep an elitist space that defend private and economic interests. The main political reading therefore of Popular Protests of 2013 is the exhaustion of a modern political culture of representation, based on state political monopoly.

¹ Tatiana Wagner Lauand de Paula Lorenci, professora titular de Direito Constitucional do Centro UniversitárioUninter, especialista em Direito Constitucional, advogada. tatiana@engenhariajuridica.com.br

Keywords: Popular Protests; Individualism; Social cohesion; Participative democracy.

1 INTRODUÇÃO

Desde as significativas manifestações de massa da redemocratização do país após a ditadura militar (Diretas Já e o movimento pelo impeachment do Collor), grande parte da sociedade brasileira vinha se mostrando apática e passiva diante dos assuntos políticos. Como várias das sociedades contemporâneas que vivem sob um regime democrático, o cidadão² brasileiro não participa e não intervém nas discussões sobre os rumos a serem dados à coisa pública.

Estudiosos da teoria democrática contemporânea são unânimes: a democracia representativa enfrenta hoje a sua mais grave crise desde que despontou no imaginário moderno como modelo político ideal³. Destacam eles, para fundamentar o pensamento, o baixo índice de afluência eleitoral⁴, a apatia política, o desinteresse pelas questões coletivas⁵, a desmoralização da política e dos políticos, a desconfiança em relação ao sistema partidário, a infidelidade partidária, a diminuição do número de filiações partidárias⁶ e os crescentes protestos populares.

Muito embora não haja uma consciência política desenvolvida, estão surgindo no Brasil manifestações e comportamentos populares que demonstram – numa leitura conjunta de todos eles - uma insatisfação com o sistema democrático representativo.

2 DA FALTA DE COESÃO SOCIAL À CRISE DE REPRESENTATIVIDADE

² Cidadão aqui significa, unicamente, detentor de direitos políticos, conforme lhe atribui a Constituição Federal de 1988 (arts. 14 e ss) e não aquele que, pelo significado aristotélico, busca o bem comum.

³ THE ECONOMIST. **What's gone wrong with democracy**. 01 mar. 2014. Disponível em <<http://www.economist.com/news/essays/21596796-democracy-was-most-successful-political-idea-20th-century-why-has-it-run-trouble-and-what-can-be-do>> Acesso em: 05 mai. 2014.

⁴ Sobre os índices de abstenção eleitoral, conferir o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2002 – Aprofundar a democracia num mundo fragmentado, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDH2002/RDH%202002%20Portuguese%20one%20big%20file.pdf>> Acesso em 14 mai. 2014.

⁵ SADER, Emir. Para outras democracias. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002, p. 653.

⁶ PNUD, op. cit.

Tomam-se, como exemplo para este estudo, os Protestos de junho de 2013 quando, uma multidão de brasileiros foi às ruas das grandes cidades para protestar. O povo reproduzia o slogan “o gigante acordou” e gritava em coro “vem pra rua”⁷.

Essas manifestações populares começaram contra o aumento da tarifa de ônibus. Depois, já nas ruas, o povo começou a questionar a corrupção, os gastos com a Copa do Mundo de 2014, a qualidade de ensino, a falta de saúde pública, a privatização do Maracanã, mais outras tantas insatisfações. Não houve lideranças: foi um movimento difuso, incentivado por redes sociais e formado por diversos grupos de interesse. Formou-se de modo apartidário (embora alguns partidos políticos tivessem, sem sucesso, tentado reivindicar a idealização ou estigmatizar o movimento como político), mantendo autonomia e independência em relação a governos. Não teve a linearidade das causas únicas.

Foi um fenômeno em massa, constituído principalmente de jovens acionados pelos meios eletrônicos, que divulgavam hora e local dos encontros, além de reproduzir discursos. A maioria dos jovens - que de repente estava nas ruas aos milhares - não era organizada, nunca participou de movimento social, não era filiada a partidos políticos, não compunha nenhuma ONG.

A perplexidade com a proporção desses movimentos populares tomou conta de um povo que sempre carregou uma postura passiva às questões políticas.

Zygmunt Bauman, em seu livro “*Em busca da política*”, reflete sobre as causas que levaram o homem moderno a uma significativa indolência política. Para o sociólogo, a grande valorização da liberdade individual e, ao mesmo tempo, a apatia política que sente o sujeito da Modernidade são um paradoxo.

Esta “*ilogicidade*” guarda relação direta, segundo o autor, com os medos e as angústias que afligem a sociedade moderna: “*o mais sinistro e doloroso dos problemas contemporâneos pode ser melhor entendido sob a rubrica *Unsicherheit**”⁸. O termo alemão, diz Bauman, traduz o sentimento de inconstância, insegurança e de falta de garantia que assolam as sociedades de hoje.

⁷ Criado em uma campanha publicitária de uma montadora de veículos (com a intenção de chamar às ruas a torcida para os eventos esportivos que ocorreriam no Brasil), este refrão da música-tema foi absorvido, depois, pelos manifestantes para convocar adesão às **parades nas grandes cidades**.

⁸ BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2000, p. 13.

Ainda que o descontentamento seja coletivo, não há atitudes unificadas para a busca da solução. Espaços destinados a debates dos assuntos públicos são raros. Em poucas oportunidades, questões pessoais convertem-se em causas comuns⁹.

Os movimentos populares que ocorrem no país são marcados por esta ausência de articulação e coesão sociais, a qual provém do traço brasileiro marcante de personalismo e individualismo, que retomam à colonização da América¹⁰.

O ideal da personalidade foi desenvolvido ao extremo e constituiu um dos marcos mais decisivo na evolução do povo ibérico. Pode-se dizer que pela importância particular que atribuíam ao valor próprio da pessoa humana, à autonomia de cada um dos homens em relação aos semelhantes no tempo e no espaço, devem os espanhóis e os portugueses (e, por consequência, seus colonizados) muito de sua originalidade nacional¹¹. Para eles, o índice do valor de um homem inferia-se, antes de tudo, da extensão em que não precisasse depender dos demais, em que não necessitasse de ninguém, em que se bastasse. Cada qual deveria ser filho de si mesmo, de seu esforço próprio, de suas virtudes.

Dessa concepção individualista resultaram as formas de organização e associações do povo, em renúncia à solidariedade, à ordenação e ao comprometimento coletivos. Solidariedade existia somente onde houvesse vinculação de sentimentos e não relações de interesses sociais e colaboração. Círculos forçosamente restritos e particulares foram formados, ao invés de associações com plano mais vasto.

Por isso, Sérgio Buarque de Holanda, no *Raízes do Brasil*, identifica o brasileiro como o homem *cordial*¹², inadequado às relações impessoais que decorrem da posição e da função do indivíduo. Os prestígios relevantes ao homem brasileiro advêm da sua marca pessoal e familiar, sem qualquer conforto do Estado.

Os brasileiros *cordiais* imaginam seu país como um gigante cheio de bondade, generosidade, tranquilidade. E a política brasileira segue, desde sempre, este projeto e aspiração: o Brasil após a abolição “queria impor-se apenas pela grandeza da imagem que criara de si e só recorreu à guerra para se fazer respeitar, não por ambição de conquista.”¹³

Oliveira Lima, citado por Buarque de Holanda, acrescenta a esse raciocínio:

⁹ O autor cita como exemplo de reuniões coletivas “fugazes” as campanhas de caridade, a lutas contra “inimigos públicos recém descobertos” ou em reuniões de luta contra a gordura, promovidas pelos Vigilantes do Peso e algumas situações que envolvem grande comoção pública, como é o caso de uma vitória na Copa do Mundo. (BAUMAN, Zygmunt. ob. cit., p.17-54).

¹⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 30.

¹¹ *Ibid.*, p. 31.

¹² Cordialidade entendida como desejo de estabelecer intimidade, hospitalidade, generosidade, afetividade; não significa civilidade, boas maneiras, polidez.

¹³ *Ibid.*, p. 177.

As guerras estrangeiras, como métodos políticos, sempre foram encaradas pelo país como importunas e até criminosas, e nesse sentido especialmente a Guerra do Paraguai não deixou de sê-lo; os voluntários que a ela acudiram, eram, de fato, muito pouco por vontade própria.¹⁴

Tal exaltação extrema da personalidade e dos valores individuais trouxe a vontade de mandar e a valorização da submissão. Chegou-se a frouxidão da estrutura social e a falta de hierarquia organizada: “*Em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida.*”¹⁵

Surgiu, neste cenário, o único princípio político verdadeiramente forte no Brasil: a disciplina que se funde na excessiva centralização do poder nas mãos da elite mandante e na obediência passiva dos submissos¹⁶.

O aparelhamento político se empenha, há tempos, em desarmar todas as expressões menos harmônicas da sociedade para conservar as posições. Existe pura e simples substituição dos detentores do poder público, sem significativa transformação prévia e estrutural na vida da sociedade.

A isenção popular se encaixa nesse modelo facilmente, com a cumplicidade ou a indolência displicente das instituições e costumes. As iniciativas foram continuamente no sentido de separar os homens, não de os unir.

Aos poucos, a figura do país, que vivia na consciência coletiva dos brasileiros, de benevolência, simplicidade, passividade, começou a ceder espaço para o pessimismo, a calculabilidade, o *desencantamento do mundo*¹⁷.

Bauman atribui o cenário atual de insegurança das sociedades modernas de modo exato a esse desejo veemente de alcançar a liberdade individual. A noção de solidariedade interpessoal foi esvaziada por completo e os compromissos coletivos afastados pela aversão do homem a qualquer restrição do seu livre arbítrio. De acordo com o raciocínio do autor, o homem desprezou o amparo que a vida em comunidade lhe garantia para dar mais realce às tão almejadas autonomia e independência.

¹⁴ HOLANDA, 1995. p. 178.

¹⁵ Ibid., p. 32.

¹⁶ Princípio que retoma à etimologia (ontologia) grega clássica de democracia: poder imposto por uma minoria dominante sob um povo dominado.

¹⁷ Termos empregados na perspectiva acerca das liberdades individuais e autonomia na modernidade que lhes deu Max Weber: o moderno racionalismo ocidental poderia engendrar um mundo sem significado, sem *caritas*, sem liberdade, dominado por poderosas burocracias e pela “jaula de ferro” da economia capitalista. Haveria eliminação do amor, do ódio e de todos os elementos sensíveis puramente pessoais - todos os elementos irracionais que fogem ao cálculo. (WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.)

Estas reflexões históricas e filosóficas ajudam a compreender o comportamento do cidadão brasileiro nos últimos anos e o modelo político moderno (a relação entre como a sociedade é concebida e sua organização política).

Mesmo que ainda não haja resultados contabilizados, por não ter o necessário afastamento histórico, o momento de protestos populares - ainda que desarticulados e sem coesão social - é revelador de uma série de questões sociais causadas pela percepção de que a utópica democracia representativa moderna não funciona (porque o interesse representado é individual, personalíssimo e não coletivo) e está sendo reforçada pelo sistema capitalista.

O representado – que é o verdadeiro titular da subjetividade política - não sente ser o beneficiário das decisões dos representantes. O interesse efetivamente atendido é do financiador da campanha eleitoral, sem qualquer obrigação com a vontade do eleitorado, confirmando a crítica de Hans Kelsen que o governo representativo é “*ficção política*”¹⁸.

Marcos Nobre, em seu livro “Choque de Democracia – Razões da revolta”, explica que “*as revoltas de junho de 2013 representam um grande avanço: mostram que a pauta não é mais a da transição para a democracia, em que estava em jogo a estabilização econômica e política, mas a do aprofundamento da democracia. As revoltas mostram que o funcionamento do sistema está em descompasso com as ruas.*”¹⁹

Não se alcançou o Estado de social-desenvolvimento para o qual se imaginava estar caminhando o Brasil. Não foram encontradas a razão e as luzes para as quais caminhava a humanidade em busca da felicidade e da verdade. Os movimentos populares surgiram, portanto, do fracasso da expectativa moderna de uma social-democracia inclusiva, com efetivos direitos sociais, de saúde, de educação, de segurança a cada um dos indivíduos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Protestos Populares de 2013 demonstraram que os cidadãos brasileiros passaram a desacreditar na eficácia dos mecanismos modernos de participação e representação, porque as autoridades políticas não são eficazes na intermediação de seus interesses junto ao Estado. A instituição estatal continua um espaço elitista em que se defendem interesses privados e econômicos.

¹⁸ KELSEN, Hans. *Teoria geral do direito e do Estado*. Tradução de Luís Carlos Borges. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 413-414.

¹⁹ NOBRE, Marcos. *Choque de Democracia – Razões da revolta*, e-book, p. 7.

Essa descrença é a crise de representatividade²⁰, a qual afeta o vínculo entre governantes e governados. Como Boaventura de Sousa Santos já havia previsto uma década antes, os eleitores se sentem “cada vez menos representados por aqueles que elegeram.”²¹

Associada a este colapso, está a crise de legitimação da autoridade do Estado²². Esta gama da sociedade brasileira²³ cada vez menos identifica o poder estatal como um instrumento da maioria da vontade popular²⁴.

O Estado Democrático de Direito, tal qual ainda se mantém, é um modelo de Estado tripartido, concebido em uma conjuntura revolucionária francesa, pautada por um ideário iluminista com a promessa de frear a monarquia absolutista e suscitar à burguesia (em princípio, classe dominada) uma perspectiva de poder. A separação da função estatal em três Poderes tinha a intenção de barrar o poder absoluto do monarca e permitir a ascensão da nova classe dominante²⁵.

Desde a Revolução Francesa imaginada como modalidade política ideal, a sistemática de poder tripartido e independente vem se revelando, no Brasil contemporâneo, puramente teórica²⁶, além de estar sendo ampliada. Segundo Marçal Justen Filho, existem no Estado Brasileiro cinco Poderes autônomos: Executivo, Judiciário, Legislativo, Ministério Público e o Tribunal de Contas²⁷.

²⁰ Representatividade entendida como uma das três dimensões de representação política: a representação da pluralidade da comunidade política *junto ao Poder*, no sentido que José Pedro Galvão de Souza atribui à expressão (díade opiniões-pluralidade relacionada na democracia contemporânea ao Parlamento). SOUZA, José Pedro Galvão. *Da Representação política*. São Paulo: Saraiva, 1971.

²¹ SANTOS, Boaventura de Sousa e AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). *Democratizar a democracia: os caminhos da Democracia Participativa*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002. p. 42.

²² Legitimação da autoridade do Estado entendida como uma das três dimensões de representação política: a representação da maioria da sociedade no poder (díade objetivos-maioria relacionada na democracia contemporânea ao Governo).

²³ Assim como na Revolução Francesa, quando o proletariado foi convencido, pela bandeira revolucionária liberal de liberdade, igualdade e fraternidade, a acompanhar a burguesia na intenção dela de assumir o poder e afastar a monarquia aristocrata, a descrença política no Brasil que vem gerando os protestos populares é da minoria pensante seguida pela população insatisfeita.

²⁴ Segundo dados constantes do Inquérito realizado pela Gallup International em 1999, um em cada dez cidadãos acreditava que “*seu governo correspondia à vontade do povo*”. Relatório do Desenvolvimento Humano de 2002 – Aprofundar a democracia num mundo fragmentado, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDH2002/RDH%202002%20Portuguese%20one%20big%20file.pdf>> Acesso em 14 mai. 2014.

²⁵ BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. São Paulo: Malheiros, 1996, p. 134-136.

²⁶ Constituição Federal de 1988 (art. 52, I - julgamento de crime de responsabilidade pelo Senado; art. 58 - comissão parlamentar de inquérito; art. 61, §1º - projeto de lei de iniciativa reservada do Presidente da República; art. 62 - medidas provisórias; art. 103-A - súmula vinculante).

²⁷ JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. 6. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010, p. 90.

A principal leitura política, pois, dos movimentos sociais que tomaram as ruas do Brasil nesses últimos anos é o esgotamento do sistema político moderno, fundada no monopólio estatal.

O resultado disso, ao que tudo indica, é a indagação de todas as ilusões de sistemas de representação e a necessidade de propor, para além desse modelo esgotado, uma solução estrutural e pragmática (e não meramente formal). Nas expressão de Boaventura de Souza Santos, é mister *des-pensar*²⁸ o Estado Brasileiro.

4 REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **O que é política**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. São Paulo: Malheiros, 1996.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da espera pública**. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HESPANHA, António Manuel. **Cultura Jurídica Européia: síntese de um milênio**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. 6. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

KELSEN, Hans. **Teoria geral do direito e do Estado**. Tradução de Luís Carlos Borges. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

²⁸ SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2001.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Tradição de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD.
Relatório do Desenvolvimento Humano de 2002: aprofundar a democracia num mundo fragmentado. Disponível em
<<http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDH2002/RDH%202002%20Portuguese%20one%20big%20file.pdf>> Acesso em 14 mai. 2014.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SADER, Emir. Para outras democracias. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa e AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Democratizar a democracia**: os caminhos da Democracia Participativa. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

_____. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Democratizar a democracia**: os caminhos da Democracia Participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

THE ECONOMIST. **What's gone wrong with democracy**. 01 mar. 2014. Disponível em
<<http://www.economist.com/news/essays/21596796-democracy-was-most-successful-political-idea-20th-century-why-has-it-run-trouble-and-what-can-be-do>> Acesso em: 05 mai. 2014.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.